



| | | | | |
|--|--|---|--|----------------------------|
| Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0629243/2018 | | | | |
| PA COPAM Nº: 26382/2012/003/2018 | | | SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento | |
| EMPREENDEDOR: MCC- Materiais de Construção Cambuí | | | CNPJ: 21.633.326/0001-26 | |
| EMPREENDIMENTO: MCC- Materiais de Construção Cambuí | | | CNPJ: 21.633.326/0001-26 | |
| MUNICÍPIO: CAMBUÍ | | | ZONA: Rural | |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional | | | | |
| CÓDIGO: | PARAMETRO: | ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| F-05-18-0 | Capacidade de recebimento 50 m³/dia | Aterro de Resíduos classe A da construção civil, exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação. | 2 | 0 |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: DANIELA DE CÁSSIA GALVÃO - Engenheiro Ambiental | | | REGISTRO: 04.0.0000114012 | |
| AUTORIA DO PARECER | | | MATRÍCULA | ASSINATURA |
| SHALIMAR DA SILVA BORGES Gestora Ambiental Engenheira Ambiental | | | 1.380.365-5 | |
| De acordo: CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ Diretor Regional de Regularização Ambiental | | | 1.147.680-1 | |



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0629243/2018

O empreendimento MCC- Materiais de Construção Cambuí possui uma área de 4,06 há e está localizado no Bairro Itaim, zona rural de Cambuí-MG. Atua no ramo de aterro de resíduos classe A da construção civil, exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação.

Foi informado que o empreendimento teve suas atividades iniciadas em 27/03/2014 e que o mesmo anteriormente possuía AAF nº 26382/2012/002/2014 válida até 27/03/2018 e, portanto, não há incidência de critério locacional.

Em 31/08/18, foi formalizado, na Supram Sul, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 26382/2012/003/2018 para que o empreendimento continue suas operações com a devida regularização. No período de 27/03/2018 a 31/08/2018 o empreendimento não possuía licença ambiental válida e informa no empreendimento que está em operação, logo foi autuado conforme AI nº 097796/2018.

A capacidade de recebimento de instalada é de 50 m³/dia e como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se o efluente pluvial os quais são drenados a uma bacia de contenção.

Não há estruturas na área do empreendimento logo não há geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários. Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS.

Considerando as características da atividade praticada e os dados informados nos estudos, verifica-se a não necessidade de imposição de condicionantes ao presente processo administrativo.

Foi apresentado o recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o qual foi considerado correto durante análise técnica. Foi informado que o empreendimento é margeado pelo Ribeirão das Antas, afluente do Rio Sapucaí e verificou-se pela análise de imagens de satélite e documentos apresentados que a área de preservação permanente possui 30 m de largura e encontra-se devidamente cercada. Foi informado nos estudos que a mesma se encontra em estágio avançado de regeneração natural.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "MCC - Materiais de Construção Cambuí" para a atividade de "Aterro de Resíduos classe A da construção civil, exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação", no município de Cambuí – MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento da legislação ambiental pertinente